

VIDA ECONÔMICA NA PARAÍBA IMPERIAL (1850-1880): as famílias livres e pobres e a produção agropecuária

Leandro Neves Diniz*

RESUMO: Os anos de 1850 – 1880 presenciaram uma série de transformações no cenário econômico da Paraíba, dentre elas destacamos a implementação da agropecuária, que propiciou aos presidentes de província legislarem negligenciando a população de livres e pobres. Nesta direção, este artigo tem por objetivo analisar como a força de mão de obra de homens, mulheres, e famílias livres e pobres, impreciso grupo social, moveu a economia interna e externa da Paraíba no século XIX. Este grupo social era formado por pessoas que estavam a margem da ordem escravista vigente, não eram escravizadas e nem tão pouco possuíam grandes posses. Demonstramos, por meio desse artigo, como algumas medidas de modernização da lavoura afetaram diretamente à população alvo de nossa pesquisa, e impactaram a economia paraibana da época.

PALAVRAS-CHAVE: Famílias Livres e Pobres; Província da Paraíba; Economia; Agropecuária.

Economic life in the imperial Paraíba (1850-1880): the free and poor families and agricultural production

ABSTRACT: The years 1850-1880 saw a series of transformations in the economic context of Paraíba Province. Among them we highlight the implementation of agriculture, aspect that enabled to presidents of province legislate forgetting the free and poor people. This article aims to analyse how the labor force of men, women and free and poor families, who was a imprecise social group, moved the domestic and external economy of Paraíba in the nineteenth century. Those people were out of slavery order, were not slaves and not even owner of large properties. We will demonstrate how some measures of agricultural modernization directly affected this population of our research and also the effective results in the economy of Paraíba.

KEYWORDS:Free and poor families; Province of Paraíba; Economy; Agriculture.

Vida económica en Paraíba imperial (1850-1880): las familias libres y pobres y la producción agropecuária

RESUMEN: Los años 1850-1870 presenciaron una serie de transformaciones en el escenario económico de Paraíba. Entre ellas, señalamos la implementación de la agropecuaria, que permitió a los presidentes de provincia legislaren descuidando a la población libre y pobre. En ese sentido, este artículo tiene por objetivo analizar como la fuerza de la mano de obra de hombres, mujeres y familias de libres y pobres, impreciso grupo social, movió la economía interna y externa de la Paraíba en el siglo XIX. Ellas eran personas que estaban al margen del orden escravista vigente, no eran escravizadas y tampoco poseedores de grandes posesiones. Demostraremos como algunas medidas de modernización de la labranza afectaron directamente a esa población objeto de nuestra investigación, como también los resultados efectivos en la economía paraibana.

PALABRAS CLAVE: Familias libres y pobres; Provincia de Paraíba; Economía; Agropecuaria.

* Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Atualmente é mestrando em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Contato: Av. da Arquitetura, s/n, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 10º Andar, Cidade Universitária, CEP: 50740-550, Recife-PE. E-mail: leandro_ndiniz@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5672-7116>.

Os primeiros habitantes dos brejos devião ter sido os agregados dos fazendeiros do sertão, que ali fazião plantar lavouras para mais fácil abastecimento de todo o pessoal das fazendas e dos aventureiros que o acompanhavão como soldados. Os sítios não começarão com a fixação ou residência dos seus proprietários; eram simples *queimadas*, formando clareiras nessas grandes matas, onde se fazia a plantação de mandioca, milho e feijão, havendo ao lado ou no centro a casa de aviamentos, coberta de pindoba, catolé ou sapé¹.

A descrição da trabalhosa vida na agricultura dos agregados na Paraíba oitocentista, apresentada por Irineo Joffily, nos revela um pouco da dinâmica econômica que estes indivíduos estavam envolvidos. Contemporâneo aos fatos, nascido em 1843, Joffily percorreu à Província paraibana e produziu crônicas que originaram a obra *Notas sobre a Parahyba* publicada em 1892. Com uma riqueza de detalhes, a obra é referência para a historiografia paraibana por apresentar características da fauna, flora, clima, relevo, agricultura, pecuária, e aspectos das cidades e vilas que compuseram a Província no século XIX.

Ao lermos as crônicas de Joffily observamos que a economia agrícola da Paraíba no século XIX era sedimentada a partir da produção açucareira e algodoeira. Segundo Marly Vianna, durante todo o século XIX o plantio do algodão foi aumentando na província². A produção agrária da região, como constatamos ao longo desse artigo, recebeu destaque privilegiado nos relatórios presidenciais, enfatizando tanto aos momentos de boas safras, quanto aos problemas enfrentados, como também, caracterizando as oscilações ocorridas na produção do açúcar e do algodão paraibano, que cambiavam de acordo com a demanda do mercado³.

No início da década de 1850 as principais discussões parlamentares estavam relacionadas aos problemas da lavoura paraibana, dentre eles a falta de instrução dos agricultores, os precários instrumentos agrícolas e os prejuízos tarifários causados aos cofres públicos devido aos produtos exportados diretamente pela Província de Pernambuco. Somado a este contexto Diana Galliza chama atenção para a situação da indústria açucareira na Paraíba que “estava imersa em um marasmo secular”⁴. Como medida para atenuar estas situações algumas propostas de modernização da lavoura foram apresentadas e postas em prática, porém obtiveram poucos êxitos ou até mesmo geraram novos problemas ou prejuízos, como consta nos relatórios e apresentamos ao longo desse artigo.

Com a Lei Euzébio de Queiros e a Lei de Terras, ambas em vigor a partir de 1850, as discussões parlamentares acerca da agricultura paraibana ganham novos contornos. A mão de obra tornou-se uma preocupação constante entre os fazendeiros da Zona da Mata após o fim do tráfico internacional de escravos, que restringiu a entrada de cativos no país. Dentre as alternativas que foram postas em prática no Império, a fim de solucionar os problemas com a

mão de obra, tivemos a convergência de braços livres nacionais ou de imigrantes estrangeiros ao trabalho; e a introdução de equipamentos modernos capazes de reduzir o número de braços na produção.

A proposta de viabilizar a imigração como solução ao déficit de mão de obra na lavoura convergiu com as teorias raciais que vigoravam no século XIX. Chegadas tardiamente ao Brasil, as teorias raciais estiveram presentes nos círculos de debates que apontaram para a imigração como uma forma de melhorar a “raça brasileira”⁵. O fim do tráfico internacional de escravos levou a uma redução drástica no número de cativos, a elite pensante nacional acreditava que a “raça branca” era geneticamente superior e biologicamente mais forte, ocasionando um intenso debate em torno da questão da miscigenação⁶. Criou-se, portanto, uma complexa teia de interesses, na qual a imigração seria apontada como a solução viável e capaz de atender ao desenvolvimento econômico e social.

As medidas que visavam a modernização da lavoura e a melhoria dos rendimentos da produção, por parte da Província, não surtiram os efeitos desejados, desse modo arcar com a modernização tornou-se uma missão difícil e insuficiente, demandando sacrifícios financeiros. Em paralelo a toda essa situação as boas colheitas foram sempre acompanhadas de quedas nos preços dos produtos, as secas intermitentes agravavam a situação, e os poucos lucros prejudicaram a aquisição de equipamentos moderno que melhorariam o rendimento da produção.

A agropecuária: base da economia provincial

Ao percorrermos a longa década de 1850 nos deparamos com um período marcado por profundas transformações administrativas que rearranjaram o cenário político e econômico, não só do Império, mas também provincial. Uma das medidas que provocaram bastante impacto na economia agropecuária foi a Lei de Terras de 1850, responsável por legislar sobre as propriedades fundiárias, esta normativa também buscou atingir a política de mão de obra. A partir dessa década tornava-se essencial o cultivo de culturas que demandassem menos trabalhadores no campo, áreas reduzidas e um baixo custo de capitais.

Um gênero em especial conseguiu se sobressair diante das adversidades, o algodão. De acordo com Diana Galliza, a cultura algodoeira “não exigia grandes capitais para a sua expansão, nem avultado número de braços para o seu cultivo, esteve ao alcance de sitiantes, moradores, pequenos proprietários e até mesmo de escravos⁷”, superou consideravelmente em

arrecadação financeira o açúcar. Fatores como a mão de obra e o mercado internacional influenciaram no resultado descrito.

A partir dos dados do relatório apresentado pelo vice-presidente Manoel C. Carneiro da Cunha à Assembleia Legislativa em 1857, organizamos o seguinte quadro onde constam informações do algodão e do açúcar exportados pelo porto da Capital⁸.

Quadro 1: valor dos principais produtos paraibanos produzidos no período (1854-1857)

	Exercício	Ano	Sacas	Arrobas	Valor total por exercício
Algodão	1°	1854-55	32.881	193.665	1.019:134\$992
	2°	1855-56	39.977	253.494	1.338:887\$915
	3°	1856-57	45.630	287.592	1.846:097\$804
Açúcar	1°	1854-55	61.017	305.082	458:658\$500
	2°	1855-56	96.400	482.000	920:104\$500
	3°	1856-57	118.029	590.1141	1.493:374\$117

Fonte: Relatório recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo vice-presidente da Província o Dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha em 1 de agosto de 1857. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857, p. 26, agricultura.

Conforme observamos no quadro acima durante o período de 1854 a 1857 é evidente a constatação do crescimento da produção de ambas as colheitas. Gradualmente a produção açucareira crescia vertiginosamente no quesito sacas, porém, evidenciamos também a disparidade numérica no valoreconômico produzido em cada exercício. Quando verificamos os dados do 1° exercício percebemos que foram produzidas 28 mil sacas de açúcar a mais do que de algodão, por outro lado, a produção algodoeira rendeu aproximadamente 560:476\$492 a mais do que a produção açucareira.

A exportação do algodão gerou uma lucratividade maior para a Província, conforme a rentabilidade do açúcar diminuía no mercado internacional o algodão tornou-se a principal fonte de renda da Paraíba. O reflexo de tal resultado está na participação direta das famílias livres e pobres na produção algodoeira, pois “é reconhecido que a sua cultura é mais adaptada aos braços livres e isolados”⁹.

A alta demanda de braços livres disponíveis durante o período de 1850-60 fez com que a lavoura algodoeira progredisse, revelando que a desagregação do regime de trabalho escravo não ameaçou à produção do algodão. Carneiro da Cunha afirma “que em geral é o

emprego dos pequenos proprietários, e dos que apenas contão com o vigor de seus braços. Pode-se, pois, chamar o algodão a pequena cultura”¹⁰.

Os grandes produtores de açúcar que estavam acostumados com as longas jornadas de trabalho intensivas e desgastantes impostas aos escravos nos engenhos, indignavam-se com a “preguiça”, a instabilidade e a resistência dos trabalhadores livres à trabalhar constantemente por longos períodos, com isso encontravam dificuldades em convergir a mão de obra livre aos serviços dos canaviais, que eram sempre associados a escravidão. Esta indignação levou alguns senhores a reivindicarem leis repressoras da vadiagem, que forçavam os homens livres ao trabalho¹¹. No entanto, com o fim do tráfico, que vigorava até aquela época, criou-se um impasse para os produtores que esperavam medidas do governo imperial para atenuar a falta de braços.

Ao analisarmos os resultados da exportação do açúcar paraibano para o mesmo período de 1854 – 1857 (ver quadro 01) percebemos uma leve subida nos preços das sacas do açúcar exportado, que mesmo em quantidades superiores, em relação as de algodão, mantinham um saldo financeiro significativamente inferior. Desse modo, evidenciamos que os preços do açúcar não acompanhavam o crescimento das safras. Como também, a instabilidade financeira, a falta de braços na Província e a precariedade na produção (temas discutidos por vários presidentes de província que se alternavam no cargo) foram os principais motivos que levaram a crise açucareira na Paraíba. Concomitante a essa situação, a crise internacional no preço do açúcar brasileiro agravou-se com a crescente concorrência da indústria açucareira do Caribe e europeia de açúcar de beterraba.

A instabilidade dos preços do açúcar e do algodão ditavam as regras de qual produto deveria ser priorizado para o cultivo pelos plantadores¹². Se o preço do algodão estivesse em alta priorizava-se o plantio de algodão, caso contrário, o açúcar recebia o máximo dos esforços empregados nas lavouras. Por sua vez, a manufatura canvieira estava associada ao trabalho escravodesgastante e compulsivo, gerando, assim, uma certa repulsa da população livre e liberta em se submeter aos trabalhos em um engenho de açúcar.

O cultivo do algodão se sobressaiu por oferecer a possibilidade de outras culturas¹³ serem desenvolvidas de maneira concomitante, tais como a da mandioca, do milho, do feijão, do arroz e dos legumes, que serviam para o consumo e abastecimento das populações locais com seus excedentes. Galliza avaliou que “esse hibridismo nos roçados algodoeiros fez com que os homens livres se sentissem estimulados a trabalhar neles, devido à alimentação certa e variada que lá encontravam”¹⁴. A autora analisou artigos de jornais da época e encontrou

diversos relatos sobre as disparidades entre a escravidão nos roçados de algodão e nos canaviais. O jornal “A Regeneração” de 1861, por exemplo, ressaltou as vantagens do trabalho desenvolvido numa fazenda ou roçado de algodão sob o executado no engenho açucareiro, e a atração que a atividade algodoeira exercia sob o homem livre.

Em paralelo com a agricultura ocorreu na Província o desenvolvimento da pecuária, Irineo Joffily, a partir de uma pesquisa minuciosa, demonstrou que a atividade pecuária era a que ocupava maior espaço territorial, “e sua importância é tal que, só ela, concorre com um terço ou mais das rendas do Estado, compreendidos todos os seus ramos”¹⁵. Nesta direção, Marly Vianna ao analisar a estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade do município de Campina Grande revelou a importância que a criação de gado teve para economia do interior paraibano. Segundo ela a pecuária estava tão presente na economia paraibana que,

uma primeira característica que destaco na região é que seria mais correto falar de uma economia agropecuária do que somente agrícola, uma vez que eram muito pouco os proprietários de qualquer quantidade de terra, ou os que trabalhavam a terra sem possuí-la, que não tinham gado¹⁶.

As criações *devacum* e *cabrum* beneficiavam diretamente as famílias livres e pobres, que eram núcleos de pequenos criadores. Possuir alguns animais seria o suficiente para complementar a alimentação da família ou até mesmo abastecer o mercado interno com o leite produzido e seus derivados, tais como o queijo, a manteiga e a nata. Do gado tudo se aproveitava, a carne e o couro eram os produtos mais valiosos no mercado, movimentavam a economia da Província, desde os livres e pobres, com e sem terras, até os fazendeiros mais abastados eram beneficiados.

Em alguns dos municípios do interior e notavelmente nos que demoram ao Ocidente da Serra da Borborema consiste a riqueza na criação do gado *vacum* e cavalares. O alto preço, porém, a que tem chegado essas espécies, prova que a produção não está em proporção com o consumo.

O gado *cabrum*, ovelhas, suínos e as aves domésticas são criados em menor escala.

Começam alguns fazendeiros a empreender a criação do gado *muar*¹⁷.

A relevância da pecuária para a região salientada pelo registro evidenciou-se devido à formação de feiras de gado onde os proprietários negociavam suas reses, e serviam de ponto de encontro das boiadas que partiam do sertão em direção aos grandes mercados de gado de corte. O município de Campina Grande teve seu desenvolvimento pautado no comércio, servindo de entroncamento comercial para o litoral e províncias vizinhas, e como pouso para

os tropeiros que transportavam a produção agrícola nos lombos de mulas ou através do uso de carroças de tração animal.

Vianna constatou que a produção do algodão consorciado era muito comum no período de 1840-1905. Segundo os dados levantados por ela 56% dos plantios de algodão estavam associados com o plantio de mandioca, por exemplo. Outra evidencia diz respeito a incidência de criadores de gado cultivando algodão conjuntamente, 97% dos proprietários desenvolviam as duas atividades¹⁸ no período de 1840-57. Segundo a autora, um dos benefícios dos algodoais para a pecuária fica por conta das folhagens que serviam de ração para as criações.

Percebemos, portanto, que não só de algodão, cana e gado viveu a Paraíba, sua produção foi bastante diversificada, existia inclusive uma demanda de gêneros alimentícios variados, como por exemplo arroz, milho, feijão, mandioca, mel, entre outros. Seguindo o direcionamento de João Antônio de Paula, onde o autor enfatiza que “trata-se, então, de entender a economia brasileira como regionalmente diversificada do ponto de vista da produção, dos mercados, das relações de trabalho, das estruturas fundiárias”¹⁹.

Expomos, por meio desse artigo, uma visão distinta da tradicional que apresenta a economia Nordeste durante do século XIX limitando-se ao reducionismo latifúndio, ao trabalho escravo e a monocultura, imagens estas que não representam a economia açucareira da época. O engenho representou, por exemplo, uma complexa diversificação de atividades auxiliares, onde muitas culturas eram praticadas a exemplo do milho, feijão, algodão e a pecuária.²⁰ Destarte havia na Paraíba uma produção voltada ao mercado interno que dinamizava a economia, tendo como principal mão de obra os livres e pobres.

Ao analisarmos os dados do relatório provincial de 1863²¹ ficou evidente a diversidade agrícola e de criação, nele constamos os números da produção para aquele ano, assim como os principais produtos para cada região provincial. No Agreste encontramos acentuada produção do açúcar, Areia produziu 250.000 arrobas do produto, o que significou a maior produção de açúcar do ano; a maior safra de milho foi contabilizada em Ingá com expressiva quantia de 100.000 alqueires de milho. Diante desses dados consideramos que a agricultura concentrava maiores resultados em áreas onde o clima era favorável, por sua vez a pecuária predominava nas regiões mais interioranas da Província.

No Sertão o destaque da produção em 1863 ficou por conta do município de Souza, lá foram produzidas 20.000 arrobas de sabão, esta produção expressou à diversificação e importância da produção de óleos vegetais, nenhum outro município da Província superou

esta produção. Já os municípios de Catolé do Rocha e Pombal produziram 2.000 canadas de azeite de mamona cada um²². Esses números mostram a importância econômica dessas atividades para a Paraíba oitocentista.

Os dados referentes ao Litoral comprovam a importância da produção de farinha para economia interna, em 1863 a Cidade da Parahyba foi destaque com uma produção de 271.800 alqueires do produto. No litoral também havia a criação de abelhas, Joffily destaca que “a apicultura é feita geralmente com a espécie *urussú* e em menor escala com a *jandahyra*; limita-se ao litoral e brejos. O mel é de boa qualidade e consome-se todo no Estado, ignorando os apicultores o preparo da cera, que é por isso desprezada”²³. A apicultura estava se desenvolvendo, no entanto, ainda sem fins comerciais voltado para exportação.

A exploração da pesca recebeu atenção nos relatórios presidências, em 1858 Beaurepaire Rohan relatou que a produção atendia a necessidade do consumo no litoral. No que diz respeito aos métodos utilizados para a pesca, Rohan descreveu: “os meios de pescaria aqui usados são os currais e o anzol. O primeiro tem em certas localidades o grande inconveniente de favorecer a formação de bancos de areia, que tendem a obstruir as barras e portos marítimos. O segundo é usado pelos que pescam em jangadas”²⁴. Na busca em possibilitar a pesca também no interior da Província, Rohan propôs a construção de barragens nos leitos dos rios perenes, iniciativa capaz de amenizar dois graves problemas provincial, a falta de água proporcionada pelos longos períodos de seca que acometia a Província e consequentemente a fome, porém, tal proposta não saiu do papel durante as décadas de 1850-70.

Tendo em vista a diversidade produtiva de gêneros alimentícios na província paraibana, como também os resultados da produção açucareira e algodoeira, torna-se pertinente examinar as medidas aplicadas visando a modernização da agricultura. Impulsionar a economia e dinamizar os investimentos são os objetivos centrais dos presidentes de província que se sucediam no cargo, no entanto, muitas vezes essas iniciativas não resultaram em êxito, e muito menos atendiam a população livre e pobre de forma eficiente.

Modernização da lavoura na Paraíba oitocentista

A decadência apresentada nos relatórios e apontada por meio das várias fontes de receita da Província, causou preocupação em modernizar e desenvolver as atividades tradicionais que asseguravam maior lucratividade. Fatores relacionados as técnicas,

mecanização, mão de obra especializada, eram apontados como os causadores da estagnação da arrecadação provincial.

Constatamos, por meio desse artigo, que as técnicas de preparo da terra, utilizadas pelos agricultores para o plantio do algodão, tornaram-se uma preocupação bastante recorrente dos presidentes de província da Paraíba durante segunda metade do século XIX. O sistema de queimada²⁵, utilizado desde épocas coloniais, não atendia eficazmente as lavouras do século XIX. As técnicas agrícolas continuavam sendo bastante rústicas, consistiam na derrubada da mata virgem, queima da vegetação e a broca, ou seja, limpa do resto do mato queimado, serviços estes praticados pelos escravos e homens livres pobres. Em pouco tempo o solo, assim como as margens dos rios e açudes acabavam se degradando, o que exigia a abertura de novos terrenos, a expansão dos limites das propriedades, e a modernização nas práticas de cultivo.

Desenvolver e tornar eficiente a lavoura eram os principais objetivos dos administradores da Província, a precariedade e o apelo a investimentos eram sempre citados. No início da década 1850, como medida para modernizar a lavoura provincial, foram adquiridos alguns equipamentos pelo governo, a exemplo do arado de ferro americano e a substituição das máquinas e rodas d'água defeituosas dos engenhos de cana. Estes equipamentos foram inseridos em algumas fazendas como forma de testarem sua eficiência e adaptabilidade. Porém, essas medidas demandaram altos investimentos por parte do governo na importação de máquinas, no incentivo de crédito aos plantadores, como também na contratação de profissionais qualificados para o manuseio e instalação.

Apenas a aquisição de equipamentos agrícolas não foi suficiente, necessitaram também de mão de obra qualificada para o manuseio nas plantações. Na Paraíba em 1852 Antônio de Sá Albuquerque, então presidente da Província, ao adquirir alguns arados vindos de Pernambuco, constatou que não havia pessoal capacitado que soubesse usar o novo instrumento agrícola, então providenciou a vinda de um escravo prático na plantação da cana com arado americano²⁶.

Sá Albuquerque em 1853 também contratou o engenheiro civil Francisco Soares da Silva Retumba, que veio de Pernambuco para realizar serviços de consertos, e manutenção em máquinas e rodas d'água de alguns engenhos da zona da mata. A iniciativa foi encarada com grande expectativa e os resultados foram bastante satisfatórios para os proprietários, melhorando o rendimento da produção²⁷.

Nem sempre as modernizações eram bem-vindas, em relatório de 1854 observamos a descrição de insatisfação do presidente da Província João Capistrano Bandeira de Melo, segundo ele as máquinas e processos admitidos na produção não tinham apresentado resultados positivos. As técnicas de plantio utilizadas pelos agricultores no oitocentos se baseavam no trabalho intensivo sobre o solo, muitas vezes sobre terrenos pedregosos ou acidentados que dificultavam a introdução do arado de ferro importado, que mesmo com o incentivo do governo provincial nos idos da década 1850 não surtiam tantos efeitos. Segundo o presidente “Algumas máquinas introduzidas não têm tido aceitação, a exemplo do arado. Seja por causa da qualidade de algumas terras, seja pela resistência dos hábitos formados, os lavradores não têm procurado substituir pelo arado o trabalho que fazem a força dos braços escravos”²⁸, mesmo sendo utilizados desde a década de 1840 por plantadores de cana de Louisiana e de Cuba²⁹.

Outra forma de modernização da agricultura foi a diversificação da produção, que só foi possível devido a importação de sementes de arroz, trigo e cana caiana de outras províncias, e sua distribuição entre alguns agricultores. Diante da necessidade de modernização, o município de Teixeira no Sertão recebeu da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro sementes de trigo para aprimorar o cultivo que já existia na região. Lá o cultivo recebeu destaque, a partir do relatório de 1858, quando dois engenheiros trouxeram amostras do trigo cultivado junto a um relatório apresentado ao presidente Henrique Beaurepaire Rohan.

Os engenheiros constataram que segundo o lavrador Manoel Dantas Correia de Goes, se cultivava o cerealde desde a década de 1830, porém sem o intuito comercial, mas sim como experiência em obter êxito no cultivo³⁰. Mas a altitude média de 768m³¹ da região de Teixeira e suas condições climáticas, não se adequavam para o cultivo do trigo, o qual geralmente se produzia em regiões de altitudes elevadas e com altas precipitações. Mesmo assim visando ampliar o cultivo Rohan decidiu investir na contratação do agricultor espanhol Gabriel Soeiro para implantar a cultura e ensinar a plantar trigo, cevada e centeio, e a montar um moinho de vento para tritura daqueles cereais. Chegando ao termino do contrato, o agricultor espanhol teve o vínculo renovado³².

As boas safras produzidas nos períodos de inverno acabavam sendo freadas pelos contratemplos associados a precariedade das estradas e vias de comunicação que interligavam as regiões da Província. As estradas precárias encareciam o preço do transporte dos produtos de exportação, em especial a cana de açúcar, pois evacuar a produção de Vilas distantes da

Capital exigia longas viagens dos tropeiros conduzindo suas mulas de cargas ou carros de bois. Sá Albuquerque destacou o quanto as despesas em transporte elevavam os gastos da produção do açúcar, salientando que a plantação, e o fabrico do açúcar exigiam mais despesas e maior número de braços. Conforme se desenvolvia a agricultura interiorana, a carência de melhores vias de acesso se evidenciava, evitar o desperdício, encurtar as distâncias e o tempo de viagem, favoreceria aos lucros, e à qualidade do produto negociado na Capital e nas cidades circunvizinhas.

Uma das medidas de incentivo a agricultura foi a fundação do Jardim Botânico por meio da lei provincial N° 24 de 4 de julho de 1854, que visava incentivar o desenvolvimento e o melhoramento das técnicas agrícolas, e a capacitação dos agricultores. No projeto idealizado pretendeu-se manter um grupo de meninos pobres sob a direção de um agricultor experiente para ensiná-los nos trabalhos do jardim, constituindo este o primeiro passo para a escola de agricultura. Estes meninos receberiam as condições devidas para serem incentivados a aprenderem o ofício da agricultura, com aquartelamento, vestuário, alimentos e uma pequena quantia em dinheiro³³.

Para viabilizar todas essas ações de modernização foi preciso muito dinheiro para ser investido. Com os cofres no limite ou muitas vezes em baixa, os presidentes da província buscaram implantar a cobrança de impostos adicionais junto a Assembleia para angariar recursos e assim garantir o incentivo ao crédito, que foi visto como uma alternativa para a modernização da lavoura. Mesmo com a agricultura em dificuldades a aplicação de novas cobranças de impostos foi uma forma de reaver todo investimento aplicado na lavoura. Ao longo da década de 1850 essa proposta enfrentou muitas críticas e dificuldades, porém era sempre apontada como solução a ser alcançada.

Os investimentos em equipamentos, sementes e mão de obra qualificada requeriam altos custos, e na medida em que os presidentes se sucediam no cargo, novas ações eram tomadas, visando modernizar e investir em atividades mais rentáveis à Província. Solicitações a Assembleia para reajustes fiscais eram sempre recorrentes nos relatórios, porém, o principal causador de prejuízos a arrecadação dos direitos tributários provinciais correspondia aos produtos exportados diretamente da praça de Recife.

As relações político-econômicas estabelecidas entre as províncias da Paraíba e Pernambuco remontam ao período colonial, interligadas por rotas comerciais e uma vasta fronteira geográfica, faziam dos dois territórios palco de constantes intercâmbios. Portanto, podemos considerar que “em relação à subordinação política da Parahyba do Norte a

Pernambuco até o final do século XVIII, não há como refutá-la, assim como as relações econômicas processadas entre ambas durante o século XIX”³⁴, salientou Ocione Fernandes em pesquisa desenvolvida acerca da produção e comercialização no brejo paraibano. Ainda, de acordo com a documentação analisada pela autora, percebe-se uma nova conjuntura referente as relações entre as duas províncias “economicamente, Pernambuco também dependia da Parahyba, principalmente no que concerne aos gêneros direcionados à sua subsistência e à exportação”.

Alguns fatores tornaram a praça pernambucana mais atrativa aos comerciantes paraibanos, primeiramente a concentração de indivíduos bem maior que na Paraíba, bem como o seu volume de exportações. Com uma clientela vasta a economia pernambucana era abastecida com o excedente não comercializado diretamente para a Europa, produtos, tais como algodão, açúcar, madeira, couro e farinha, produzidos no Cariri, Sertão e Brejo paraibano, e enviados através das estradas e rios³⁵.

O escoamento da produção através da Província de Pernambuco, dificultava a taxaço de impostos sobre a produço, prejudicando na arrecadaço dos cofres paraibanos. Ao longo da década de 1850-60 medidas foram tomadas visando dificultar a saída dos produtos para serem negociados na praça pernambucana e viabilizando diretamente a negociaço por meio do porto da Capital. No entanto, a necessidade de convergir toda a produço da Província para serem escoadas através do porto da Cidade da Parahyba acabou por gerar mais custos aos produtores e dificuldades diversas quanto ao escoamento da mercadoria, tal como estradas precárias.

O informe apresentado por Antônio de Sá Albuquerque, em seu relatório de 1851, aponta justamente para os prejuízos aos cofres públicos derivados dos altos custos que as mercadorias negociadas provocavam dentro da própria Província, pois:

o consumidor paraibano do centro da Província sabendo que as mercadorias aqui são mais caras do que em Pernambuco, por quanto aquelas que são expostas neste mercado tem pago já os direitos de expedientes de 1 e meio por cento, as despesas de transporte, e outras, o que não pode deixar de elevar o valor das mesmas mercadorias talvez na razão de 4%, vai antes abastecer-se no mercado de Pernambuco, do que neste, e desta forma essas mercadorias consumidas na Paraíba não pagão à vossa Província os respectivos direitos, e não dão ao comercio desta Cidade o incremento que lhe pertence³⁶.

A situação narrada no trecho acima, como também as dificuldades enfrentadas pela agricultura como um todo, tais como a desvalorização dos preços do algodão e do açúcar no mercado internacional, as secas intermitentes e a falta de mão de obra qualificada ou

maquinarias modernas são apenas alguns dos obstáculos da indústria agrícola paraibana frequentemente discutidos nos relatórios.

As medidas de modernização na Paraíba imperial engatinhavam, a conta gotas os presidentes distribuía sementes e adquiriam maquinários, porém, os resultados eram mínimos e as despesas enormes. No tocante a mão de obra as ações eram voltadas para grande lavoura, que era o segmento mais atingido pelo fim do tráfico internacional de escravos. Como proposta principal a província seguia a tendência do governo central e via na imigração estrangeira a solução capaz de suprir o déficit de trabalhadores no campo, tão salientado nos relatórios, no entanto, resultou em mais um insucesso, pois se revelou pouco eficaz, como veremos na seção a seguir.

Os obstáculos da imigração estrangeira na Paraíba

Ao longo da segunda metade do século XIX houve uma diminuição progressiva do número de cativos, o que proporcionou debates políticos que assinalaram a necessidade de garantir mão de obra capaz de manter a produtividade econômica. O discurso oficial do governo considerava o trabalhador nacional incapaz de participar no desenvolvimento e modernização da lavoura nacional. Constatamos esse direcionamento ao analisarmos o Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura de 1861, como destaca o fragmento abaixo:

Na necessidade de se providenciar sobre medidas tendentes a ilustrar o nosso lavrador, por meio de um sistema geral de instrução teórica e pratica; e habilitado assim para auferir maiores vantagens de seu trabalho, e capitais, e para empregar os processos, instrumentos e máquinas agrícolas de que a lavoura dos países mais adiantados tem tirado tão grandes resultados³⁷.

A formação de colônias nacionais constituiu espaço ideal para pôr em prática as medidas referidas no Relatório. Fugindo das secas que castigavam os sertões, as famílias livres e pobres emigravam para as zonas litorâneas, e formavam excedentes que eram utilizados como mão de obra na construção de obras públicas e demais serviços.

Em meio ao processo de desagregação do trabalho escravo os discursos dos presidentes, mais uma vez, estavam consolidados na busca por investimentos da Coroa para a Província. Os custos da imigração eram elevados e impossibilitaram a vinda em massa do elemento europeu para povoar a Paraíba³⁸, alegando que a escassez de braços para o trabalho na lavoura, que se fazia presente especialmente na segunda metade do XIX, encontrava solução na imigração.

Os reflexos da Lei Euzébio de Queiros³⁹ são citados nos relatórios através da escassez de mão de obra escrava nas lavouras. No decorrer da década de 1850 a situação se agravou e a partir de 1854, com o Regulamento da Lei de Terras em vigor, a falta de braços torna-se problema recorrente e grave para a lavoura. Nos relatos presidenciais é notória a dificuldade em convergir uma população livre, por mais pobre que fosse, ao trabalho nas lavouras, ao lado dos escravos. Segundo Vianna “a condição jurídica da liberdade era a única coisa que restava para manter o sentimento de dignidade humana nas populações miseráveis do campo e da cidade”⁴⁰.

O cerceamento do tráfico de escravos coincidiu com a fase de expansão da lavoura cafeeira do Sul e Sudeste, contribuindo gradualmente para o fluxo migratório de cativos do Nordeste, inclusive da Paraíba, para o Centro-Sul do país⁴¹. A crise dos preços internacionais do açúcar, associada a safra pouco produtivas agravavam a crise na Paraíba e tornavam o preço do trabalho mais caro. Conseqüentemente, muitos senhores de escravos endividavam-se atraídos pelo elevado valor do cativo e serviam-se deles como moeda de troca nas negociações, desse modo o tráfico interprovincial também fomentou a redução da mão de obra na lavoura paraibana.

A Lei de Terras, já regulamentada, foi a forma encontrada para atenuar a situação, tal lei financiou a imigração estrangeira a partir da venda das terras públicas e da arrecadação dos tributos das terras registradas. Portanto, a esperança dos produtores esteve na vinda desses trabalhadores atraídos pela promessa da posse da terra⁴².

João Capistrano Bandeira de Melo em 1854 afirmou que as dificuldades de braços correspondiam em uma preocupação constante dos agricultores. Não sendo possível que sem a colonização a produção agrícola atenderia a necessidade de consumo da época, nem ao menos faria os progressos que outrora desejava. Os imigrantes passaram a serem vistos como elementos qualificados e inclinados ao trabalho, e principalmente como solução para o déficit de mão de obra tão salientado nos relatórios provinciais, nesta direção, “em 1856, a Assembleia Legislativa autorizou o governo a dispensar anualmente dez contos de réis na introdução dos imigrantes destinados à lavoura e a solicitar do governo imperial um auxílio para maior desenvolvimento da colonização”⁴³.

A imigração acontecia a passos lentos na Paraíba, os resultados de todo o investimento feito pelo governo foram expostos, mesmo que de forma tímida, nos relatórios. Em 1857, por exemplo, o presidente Carneiro da Cunha expõe a chegada de 83 imigrantes vindos da Europa, sendo um espanhol e todos os outros portugueses, e que 79 desses vieram

se empregar na lavoura⁴⁴. Políticas de incentivo continuaram ao longo da década de 1870, porém sem obterem grandes resultados. Não ocorreu a instalação de colônias na Paraíba destinadas aos trabalhos agrícolas, “a província tinha muito poucas terras devolutas na zona da mata e no agreste para serem instaladas núcleos coloniais. Quase todas as terras pertenciam a particulares que não as utilizavam devidamente, nem as cediam à cultura”⁴⁵.

Todo este esforço empregado para viabilização da imigração europeia, considerada como solução pela elite imperial para não só a “substituição” do trabalho escravo pelo livre, como também “branquear” etnicamente a população brasileira, não surtiu o efeito desejado durante o Império. O Brasil, sofrendo com a concorrência de outras nações especialmente os EUA, não era o destino mais procurado pelos imigrantes. Durante o período de 1850-60 o Brasil recebeu, por ano, apenas 1% da imigração europeia, que se fixaram nas lavouras de café da região Sudeste do país⁴⁶.

Poucos imigrantes se habilitavam a virem para o Brasil. Em virtude disso algumas medidas sociais chegaram a serem debatidas, tais medidas fizeram parte de um conjunto de esforços utilizados pelo governo imperial, visando preparar o país para receber e atrair os imigrantes europeus. Algumas delas são a modificação da legislação, a liberdade de culto religioso, a instituição do casamento civil, a naturalização e a igualdade de direitos. Estas medidas somaram-se a Lei de Terras, principal mecanismo de cooptação dessa massa, no entanto, apenas “morosamente e com sacrifícios dos cofres públicos, se vai desenvolvendo a imigração para o Império”⁴⁷.

As dificuldades encontradas na imigração europeia e apontadas pelo relatório tratam da concorrência com outras nações, incluindo até campanhas contrárias a vinda de cidadãos suíços ao Brasil, apresentando argumentos como os que a terra seria inóspita e habitada por bárbaros, fomentavam a falta de interesse dos imigrantes em povoar o Brasil. Mesmo diante de elevados investimentos os dados referentes à imigração, apresentados pelo relatório, demonstram uma redução acentuada do número de imigrantes, vejamos:

Quadro 2: imigração geral para os anos de (1858-1860)

	Anos	Imigrantes
Imigração geral pelos portos de Hamburgo, Bremen, Antuérpia, Liverpool e Havre	1858	6.089 ⁴⁸
	1859	2.979
	1860	3.019

Fonte: Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura commercio e obras publicas apresentado a Assembléa Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro, 1861, p. 23. Emigração.

Ao analisarmos o quadro 02 percebemos uma pequena oscilação para o triênio aqui analisado, o que deixa sintetizado o impacto da imigração sobre o processo de modernização no Brasil. “A ação do Governo central foi decisiva em matéria de imigração durante todo o Segundo Reinado”⁴⁹, definia o historiador Evaldo Cabral de Mello, ao salientar que “invariavelmente fracassaram, as tentativas feitas, inclusive nas suas grandes províncias, como Bahia e Pernambuco”⁵⁰. Destarte, a onda migratória registrada no relatório corrobora para que o problema da mão de obra no Norte não fosse resolvido pelos colonos europeus, mas pelos braços locais, a camada intermediária da população constituída de livres e pobres.

A passos lentos e a altos custos a imigração aconteceu beneficiando especialmente as províncias sulistas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro. No entanto, os imigrantes europeus não eram tão afáveis ao trabalho no campo, fruto da comodidade vivida na Europa naquela época, se comparada à realidade do Império. A condição indispensável de salários que lhes garantiam melhores condições de vida, também foram fatores que dificultaram inicialmente a importação de mão de obra nas lavouras de exportação.

Ao analisar o fluxo de entrada de imigrantes no Brasil, Leslie Bethell, aponta que “na segunda metade do século XIX, houve um fluxo constante de emigrantes vindos do centro e norte de Portugal, da Madeira, e dos Açores. Por mais de trinta anos, entre 1855 e 1887, entraram no Brasil não menos de 4 mil, mas nunca mais de 10 mil imigrantes ao ano”⁵¹. Mediante esse fluxo o Recenseamento de 1872 revelou que apenas 3,8% da população era de estrangeiros em um montante de aproximadamente 10 milhões de habitantes. Só a partir da década de 1870 que a imigração aumentou entre 15 e 20 mil por ano, em sua maioria composta por portugueses e italianos, concentrando-se basicamente no Rio de Janeiro e no Sul/Sudeste⁵².

Diante de tantas dificuldades com a implantação de uma efetiva colonização estrangeira, não só na Província como também em toda região Nordeste, e a falta de recursos que tornassem possíveis investimentos voltados para esta finalidade, o Governo Provincial repassou a responsabilidade em viabilizá-la ao Governo Geral, que segundo o vice-presidente da Província Manoel C. Carneiro da Cunha:

É com rasão, que as vistas se volvem para o Governo Geral. Tem amplos recursos, e sua dedicação pelo bem do Paiz conseguirá muito. [...] Não havia entre nós a menor tentativa para chamar a colonização. Tão rara era a emigração dos estrangeiros para esta Província, que não se sentia. Parece que a situação vai mudando. De janeiro até o mez ultimo por tres vezes aportarão a esta Cidade estrangeiros com o destino de residir na Província. Monta a 83 o seu numero. Alem de um Hespanhol, todos os mais são Portuguezes. Setenta e nove vierão para se empregar na lavoura. Entre os colonos havião 8 do sexo feminino. Vierão quatro familias. Este factõ èapplaudido. Todos, ou quasi todos os colonos no fim de poucos dias acharão emprego. O resultado obtido talvez dévida a emprezas de colonização. Faço votos, para que consigamos dar solução proveitosa a esta questão na medida de nossas necessidades⁵³.

Concomitantemente as dificuldades enfrentadas relacionadas a colonização estrangeira ocorreram as longas e catastróficas secas que assolaram a Províncias na década de 1870. Se a falta de braços impedia o desenvolvimento da agricultura, os longos períodos de seca inviabilizaram essa prática, e causaram sérios custos aos cofres públicos para a viabilização de auxílio as vítimas dessa catástrofe. É a partir de 1869 que os relatórios presidenciais apresentam referências acerca dos anos de secas contínuas e suas conseqüências, assim como as inúmeras menções aos auxílios as vítimas de desastres e formação de colônias de retirantes. Em virtude das secas percebemos o declínio acentuado da agricultura que some das discussões dos relatórios, como ficará claro na seção a seguir.

A catástrofe climática das grandes secas

A Província da Paraíba do Norte registrou no final da década de 1870 o pior período de secas de sua história, conhecida historicamente por “seca dos três setes”, ocorreu entre os anos de 1877-79, e devastou toda a Província, provocando uma acentuada migração do sertão para os Brejos e a Mata Sul no litoral. Os registros relatam que:

Entre uma grande seca e outra havia os repiquetes e as secas parciais, períodos de estiagem prolongada, mas que não chegavam a se comparar com as verdadeiras catástrofes humanas e econômicas que durante onze vezes durante a colônia e o Império, atingiram a Capitania, nenhuma dela comparável à de 1877/1879, que ficou conhecida como a seca dos três setes⁵⁴.

Neste período as atenções dos governantes se voltaram para a tentativa de encontrarem estratégias para enfrentarem essa calamidade, já que as aglomerações de flagelados aumentavam substancialmente na Capital, que não contava com recursos suficientes para suprir as necessidades básicas dos sertanejos. Essa situação gerou um estado de calamidade a ser gerido pelo governo da província, o acentuado acréscimo da população na região de concentração fundiária causou diversos problemas sociais. Tal situação caótica é detalhada em Relatório, como demonstra o fragmento abaixo:

Pelo abandono dos antigos lares por grande parte das populações do alto sertão e do brejo que tem demandado o litoral e esta Capital, pela promiscuidade dos sexos, consequencia da vida errante, a que se tem entregue as populações foragidas, pela falta de abrigo, pela alimentação irregular, parca e muitas vezes nociva, tem-se desenvolvido a immoralidade, o afouçamento dos laços de família, a indolencia, o pouco amor á vida e aos seus semelhantes e finalmente moléstias epidemicas, déntre ás quaeesteem efeitos terríveis estragos a syphilis, o beri-beri e as febres de natureza diversa, o que tudo tem produzido um aumentoconsideravel na estatística mortuaria.⁵⁵

A Província como um todo sofreu uma brusca transformação em seu quadro populacional, estimativas apontam que a população do sertão foi reduzida a 30% do que era antes do flagelo⁵⁶. Registros apontam para grandes quantidades de retirantes estabelecidos nas Vilas de Mamanguape, Campina Grande, Areia e Bananeiras. Combater os infortúnios proporcionados pela seca prolongada tornou-se prioridade, e o auxílio do Governo Imperial foi imprescindível nessa finalidade, recursos foram enviados para as principais províncias castigadas pela calamidade, doações também foram remetidas e um grande sistema foi organizado visando suprir a população que percia.

As províncias da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará foram as mais atingidas pela seca, no Recife foi organizado um centro de distribuição de donativos que eram remetidos para as principais cidade e vilas de cada província, aqui na Paraíba quase todas as vilas serviam de centros de distribuição dos bens de primeira necessidade. As ações do governo eram evidentes, porém não tanto eficientes, pois na luta contra os devastadores efeitos da seca, os governos, tanto provincial quanto geral, eram levados a reboque dos acontecimentos, reagindo sempre de forma atrasada e insuficiente aos clamores das populações desvalidas.⁵⁷

O surgimento de colônias de retirantes foi uma das consequências dessa catástrofe climática, uma ocasião de arregimentar toda essa população que migrava para o litoral em busca de meio de subsistência. À mão de obra que antes era problema por sua escassez, agora havia em excesso e provocava outros transtornos, devido a migração vinda do sertão fugindo

da seca inclemente. Para que tenhamos uma ideia da situação, segue-se um relato da Exposição de 1880 de José Rodrigues Ferreira Junior, em sua fala de transição da administração da Província ao Padre Felipe Benicio da Fonseca:

Com os retirantes que havia nesta Capital e em Mamanguape forão fundadas as 31 colonias, constantes do quadro anexo, 24 na Comarca desta Capital. 6 na do Mamanguape e 1 na de Independencia.

Todas estas colônias forão estabelecidas em terras de propriedade particular, cujos possuidores as cederão para serem cultivadas pelos retirantes, sob sua administração, e sem outra retribuição ou compensação que um dia de trabalho dos colonos em cada semana; fornecendo a estes o Governo, por uma só vez, a ferramenta necessaria para o trabalho agricola, sementes e um muda de roupa, e alimentos por espaço de oito mezes.⁵⁸

Este relato descreve as condições as quais os migrantes eram submetidos para se fixarem em propriedade de terceiros, como também o Governo Provincial se utilizava dos retirantes. De forma que muitas obras e melhorias foram realizadas pelos flagelados da seca na Capital e demais Vilas, ruas foram remediadas, estradas foram abertas, açudes construídos, igrejas e prédios públicos reformados, tudo como formas de tirarem da ociosidade os desvalidos que se acumulavam nas ruas das cidades que migravam.

Só a partir de 1880 as estiagens cessaram e as consequências drásticas das secas prolongadas dos anos anteriores são gradualmente superadas. Como consequência do combate a esta calamidade encontramos no Relatório de 1880, apresentado por Gregorio José D'Oliveira Costa Junior, as cifras que foram utilizadas na Província da Paraíba em prol do socorro das vítimas:

Acha-se terminado o terrível flagello da seca, que tanto devastou a nossa provincia, causando toda a sorte de males á sua população em geral, com immensos sacrificio dos cofres publicos.

O dispendido pela verba - Socorro Publico - attingio o algarismo minimo de 2.665:322\$437, como vereis em detalhes do relatório anexo, não comprehendido n'este calculo a importancia de 2:000\$000, relativa ao credito extraordinario que abri, sob minha responsabilidade e mediante autorisação do Exm. Sr. Ministro do Imperio para occorrer ao pagamento do extincto hospital da Cruz do Peixe.⁵⁹

Contudo, gerir tamanha quantia, mediante os sérios problemas causados por tal calamidade, não era tarefa fácil. Muitos viram nessa ocasião a oportunidade de lucrar, de tirar proveitos, sejam os comerciantes taxando em demasia o preço dos produtos negociados, seja o próprio poder público que inicia uma série de obras com o argumento de utilizar a mão de obra livre e pobre que migravam fugindo da seca. Portanto, a seca tornou-se um grande negócio. Desse modo, “com a vinda de recursos para socorro das vítimas, era habitual que houvessem desvios, para realizações não necessariamente ligadas aos interesses das vítimas,

usando como justificativa dar ocupação aos ‘retirantes’, abrindo caminho para o favorecimento pessoal e corrupção”⁶⁰.

As consequências dessa seca foram enormes e incalculáveis, levando em consideração todos os seus desdobramentos, tais como migração acentuada, epidemia de varíola que dizimou milhares de retirantes, a fome e a falta dos bens de primeira necessidade, a crise profunda da agricultura e muitos outros transtornos provenientes de tal catástrofe climática, que alterou a estrutura social e agrária da Província.

As longas secas desalojaram um significativo percentual da população paraibana que se viu na eminente necessidade de migrar para outras regiões em busca de sobrevivência. O caos resultante deixou marcas profundas na sociedade como um todo, as altas cifras empenhadas nos socorros as vítimas coincidiam com os números de mortes decorrentes das doenças que se disseminavam. As ações do governo eram evidentes, porém não tão eficientes, pois na luta contra os devastadores efeitos da seca, o governo provincial reagia sempre de forma atrasada e insuficiente aos clamores das populações desvalidas.

Considerações finais

Desvendar o complexo contexto econômico no qual estava inserida a população de livres e pobres da Província da Paraíba é adentrar nas brechas da vida cotidiana do trabalho dessa gente que movia a economia local, e abastecia o mercado de exportação com a força da sua mão de obra.

Através dos relatórios dos presidentes de Província da Paraíba percebemos que a principal preocupação dos governantes correspondia a falta de mão de obra que culminava na colonização estrangeira como possível solução. Os relatórios salientavam a importância da Lei de Terras de 1850 como meio viável de possibilitar tal empreendimento e culmina com a preocupação em atender os grandes proprietários de terras da Província.

Do olhar oficial surgem os indivíduos livres destituídos de qualificações para o trabalho na economia de exportação. Relegados a vadios e insolentes, são considerados um peso na modernização da lavoura, a eles são atribuídos os percalços da produção em longa escala. Quando o clima castiga a região, mais uma vez os livres e libertos se viram a mercê de um Estado que pouco ou quase nada fizeram para amenizar tal sofrimento. O final da década de 1870 foi uma mostra de que as grandes secas que assolaram a Paraíba proporcionaram uma migração acentuada das populações sertanejas em direção ao litoral, o resultado disso foram epidemias, mortes e fome.

Mas a perseverança dos livres e pobres resultou no abastecimento interno da Província, sobretudo dinamizando a economia local. A agropecuária teve papel fundamental na vida da população paraibana, essa produção constituía na principal fonte de renda da região. Com o cotidiano pautado pela rotina do campo, a população livre superou as adversidades e redimensionou o uso da terra para assim suprir o sustento, empregando a mão de obra familiar.

Notas

¹ JOFFILY, Irineo. Notas sobre a Parahyba. 1º ed. Rio de Janeiro, 1892, p. 199.

² VIANNA, Marly de Almeida Gomes. O município de Campina Grande 1840-1905: estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade – Campina Grande: EDUFPG, 2013, p. 90.

³ FERNANDES, Ocione do Nascimento. A produção e a comercialização de mercadorias no Brejo da Parahyba do Norte (1793 – 1883). Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPB/CCEN, João Pessoa, 2008.

⁴ GALLIZA, Diana Soares de. O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888. João Pessoa, Editora universitária/UFPB, 1979, p. 46.

⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁶ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. Litígios ao sul do Império: a lei de terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880). Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFF, Niterói – RJ, 2010.

⁷ Segundo Diana Galliza ao analisar alguns processos crimes no 1º Cartório de Areia, se deparou com o processo criminal onde o réu, o escravo Benedito, associado a um seu amigo livre, tinha algodão e, comerciava com o produto.

⁸ Tais dados de exportação não correspondem a toda produção da Província, pois parte dela é exportada por outros mercados e faltam informações de onde procedia sua origem.

⁹ Relatório recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo vice-presidente da Província o dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha em 1 de agosto de 1857. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857. P. 25, agricultura.

¹⁰ Id., 1857.

¹¹ EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em Pernambuco, 1840-1910; Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 212.

¹² Relatório recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo vice-presidente da Província o Dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha em 1 de agosto de 1857. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857, p. 25.

¹³ Tal produção era conhecida como algodão consorciado.

¹⁴ GALLIZA, op. Cit., p. 46.

¹⁵ JOFFILY, op. Cit., p. 205.

¹⁶ VIANNA, op. Cit., p. 90.

¹⁷ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo Presidente Henrique BeaurepaireRohan, 1858, p. 12-13.

¹⁸ VIANNA, op. Cit., p. 100.

¹⁹ PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In. In: A construção nacional 1830-1889, volume 2 / coordenação José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 183.

²⁰ Ibidem, p. 187.

²¹ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. Dr. Francisco D'Araujo Lima, na abertura da sessão ordinária de 1863.

²² Arroba e canada são antigas medidas de peso e capacidade respectivamente, uma arroba hoje equivale a 15 quilos e uma canada a 2,4 litros.

²³ JOFFILY, op. Cit., p. 215.

²⁴ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo Presidente Henrique BeaurepaireRohan, p. 13.

- ²⁵ SÁ, Tatiana Abreu. Queimada. In: Márcia Maria Menendes Motta. (Org.). *Dicionário da Terra*. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, v. 1, p. 380. Queima de vegetação realizada para a limpeza de pastos, em atividades pecuárias; para preparar a área para plantio e disponibilizar nutrientes para os cultivos subseqüente.
- ²⁶ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo Exm. Presidente da Província o Dr. Antônio Coelho de Sá Albuquerque em 3 de maio de 1852.
- ²⁷ Exposição feita pelo dr. Antônio Coelho de Sá Albuquerque na qualidade de presidente da Província da Parahyba do Norte no acto de passar a administração da Província ao segundo vice-presidente o excellentissimo Sr. Dr. Flavio Clementino da Silva Freire em 28 de abril de 1853. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1853.
- ²⁸ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Presidente da Província o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello na abertura da sessão ordinária de 5 de maio de 1854.
- ²⁹ EISENBERG, op. Cit., p. 60.
- ³⁰ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Província da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo Presidente Henrique BeaurepaireRohan.
- ³¹ Extraído do sitio: <http://www.geografos.com.br/cidades-paraiba/teixeira.php> acessado em 07 de junho de 2017.
- ³² Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes Presidente da Província da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. Dr. Ambrosio Leitão da Cunha no acto de passar a administração da Província em 13 de abril de 1860.
- ³³ Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Ambrosio Leitão da Cunha no acto de tomar posse do cargo de Presidente da Província da Parahyba do Norte por Henrique BeaurepaireRohan, 1859.
- ³⁴ FERNANDES, op. Cit., p. 44.
- ³⁵ Ibidem.
- ³⁶ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Presidente da Província o Dr. Antônio Coelho de Sá Albuquerque em 2 de agosto de 1851.
- ³⁷ Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura commercio e obras publicas apresentado a Assembléa Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro, agricultura. 1861, p.8.
- ³⁸ Relatório recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo vice-presidente da Província o dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha em 1 de agosto de 1857. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857, p. 27.
- ³⁹ A Lei Eusébio de Queirós, de setembro de 1850, operou uma delicada mudança de política: a partir de então, o tráfico atlântico seria definitivamente reprimido, enquanto se protegia escravidão. Conforme: MAMIGONIAN, Beatriz G.; GRINBERG, Keila. Lei de 1831. In: Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes. (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 285-291.
- ⁴⁰ VIANNA, op. Cit., p. 131.
- ⁴¹ GALLIZA, op. Cit., p. 114.
- ⁴² Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Presidente da Província o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello na abertura da sessão ordinária de 5 de maio de 1854, p. 27.
- ⁴³ GALLIZA, op. Cit., p.127.
- ⁴⁴ Relatório recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo vice-presidente da Província o dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha em 1 de agosto de 1857. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857, p. 27.
- ⁴⁵ GALLIZA, op. Cit., p.128.
- ⁴⁶ SCHELBAUER, Anaete Regina. Os congressos agrícolas de 1878 e o debate sobre a educação do povo no Brasil. In: Fórum Sul de coordenadores de pós-graduação em educação - ANPED. II Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 1999, Curitiba-PR: Imprensa Universitária-UFPR, 1999.
- ⁴⁷ Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura commercio e obras publicas apresentado a Assembléa Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro, emigração. 1861, p. 17.
- ⁴⁸ Menos pelo porto de Liverpool.
- ⁴⁹ MELLO, Evaldo Cabral. O norte agrário e o Império, 1871-1889. 2ªEd, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- ⁵⁰ Ibidem.
- ⁵¹ BETHEL, Leslie. O Brasil no mundo. In: A construção nacional 1830-1889, volume 2 / coordenação José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- ⁵² Ibidem.
- ⁵³ Relatório recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo vice-presidente da Província o dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha em 1 de agosto de 1857. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857, p. 27.

⁵⁴ NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro do. A fronteira móvel: os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba (1799-1881). 2006. 227 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006. p. 192 – 193.

⁵⁵ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da ProvinciaParahyba do Norte pelo Presidente Exm. Sr. Dr. Ulysses Machado Pereira Vianna em 1 de janeiro de 1879, p. 49.

⁵⁶ NASCIMENTO FILHO, op. Cit., p. 193.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Exposição em que o Exm. Sr. Dr. José Rodrigues Ferreira Junior passou a administração desta Provincia ao Exm. Sr. Padre Felipe Benicio da Fonceca Galvão 2º vice-presidente. Provincia da Parahyba. Palacio da Presidencia, em 30 de abril de 1880. p. 2.

⁵⁹ Relatório apresentado pelo Illm. eExm. Sr. Dr. Gregorio José D'Oliveira Costa Junior Presidente d'esta província ao primeiro vice presidente Bacharel Antonio Alfredo da Gama e Mello em 3 de setembro de 1880. p.4.

⁶⁰BRAGA, Hugo Paz de Farias. Campina Grande no império: poder local e disputas políticas. Nº195f. Dissertação de mestrado (História) UFCG. Campina Grande, 2017. p. 128.

Referências

BETHEL, Leslie. O Brasil no mundo. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional 1830-1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, v. 2.

BRAGA, Hugo Paz de Farias. **Campina Grande no império: poder local e disputas políticas**. Nº195f. Dissertação de mestrado (História) UFCG. Campina Grande, 2017. p. 128.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao sul do Império: a lei de terras e a consolidação política da Coroa (1850-1880)**. Tese (Doutorado em História) – PPGH/UFF, Niterói – RJ, 2010.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria do açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Editora Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FERNANDES, Ocione do Nascimento. **A produção e a comercialização de mercadorias no Brejo da Parahyba do Norte (1793 – 1883)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFPB/CCEN, João Pessoa, 2008.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa, Editora universitária/UFPB, 1979.

JOFFILY, Irinêo. **Notas sobre a Parahyba**. 1º ed. Rio de Janeiro, 1892.

MELLO, Evaldo Cabral. **O norte agrário e o Império, 1871-1889**. 2ºEd, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOTTA, Márcia; LACERDA, A. H. D.; OUTROS; GUIMARAES, Elione Silva. Medidas Agrária - verbete do Dicionário da Terra. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes. (Org.). **Dicionário da Terra**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, v. 1.

NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro do. **A fronteira móvel: os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba (1799-1881)**. 227 f. Dissertação de mestrado UFPB. João Pessoa - PB, 2006.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional 1830-1889**, v 2, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Os congressos agrícolas de 1878 e o debate sobre a educação do povo no Brasil**. In: Fórum Sul de coordenadores de pós-graduação em educação - ANPED. II Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 1999, Curitiba-PR: Imprensa Universitária-UFPR, 1999.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. (Org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. 1^oed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **O município de Campina Grande 1840-1905: estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade**. Editora EDUFCG: Campina Grande, 2013.

-Relatório do Ministério da Agricultura:

MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. Relatório da Repartição dos Negócios da Agricultura Commercio e Obras Públicas apresentado a Assembléa Geral Legislativa pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello. Rio de Janeiro, 1861.

-Relatórios dos Presidentes de Província:

ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá. Relatório apresentado a assembléa legislativa provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá Albuquerque em 2 de agosto de 1851. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1851.

ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá. Relatório apresentado a assembléa legislativa provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. Antonio Coelho de Sá Albuquerque em 3 de maio de 1852. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1852.

ALBUQUERQUE, Antonio Coelho de Sá. Exposição feita pelo dr. Antônio Coelho de Sá Albuquerque na qualidade de presidente da Província da Parahyba do Norte no acto de passar a administração da Província ao segundo vice-presidente o excellentissimo Sr. Dr. Flavio Clementino da Silva Freire em 28 de abril de 1853. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1853.

COSTA JUNIOR, Gregorio José D'Oliveira. Relatório de 1880 - Relatório apresentado pelo Illm. eExm. Sr. Dr. Gregorio José D'Oliveira Costa Junior presidente d'esta Província ao primeiro vice-presidente Bacharel Antonio Alfredo da Gama e Mello em 3 de setembro de 1880.

CUNHA, Ambrosio Leitão da. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Luiz Antônio da Silva Nunes pelo presidente da Província da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. Dr. Ambrosio Leitão da Cunha no acto de passar a administração da Província em 13 de abril de 1860. Parahyba, typographia Parahybana, 1860.

CUNHA, Manoel Clementino Carneiro da. Relatório recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo vice-presidente da Província, o Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de agosto de 1857. Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857.

FERREIRA JUNIOR, José Rodrigues. Exposição com que o Exm. Sr. Dr. José Rodrigues Ferreira Junior passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Padre Felipe Benicio da Fonseca Galvão - 2º vice-presidente. Província da Parahyba. Palacio da presidente, em 30 de abril de 1880.

LIMA, Francisco D'Araujo. Relatório apresentado á assembléa legislativa provincial da Parahyba do Norte, pelo Exm. Sr. Dr. Francisco D'Araujo Lima, na abertura da sessão ordinaria de 1863. Parahyba, typ. Parahybana, [N.D.]

MELLO, João Capistrano Bandeira de. Relatório apresentado a assembléa legislativa provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinaria em 5 de maio de 1854. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1854.

ROHAN, Henrique Beaurepaire. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Província da Parahyba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente Henrique BeaurepaireRohan, 1858.

ROHAN, Henrique Beaurepaire. Relatório apresentado ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Ambrosio Leitão da Cunha no acto de tomar posse do cargo de presidente da Província por Henrique de BeaurepaireRohanParahyba: Typ. de José Rodrigues da Costa, 1859.